



DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:

caminhos colaborativos para a (re)organização da política educacional no município de Jaguaré/ES

SCANDIAN, Reginaldo Lauriano Barcelos¹
NUNES, Isabel Matos²

Resumo

A Educação Especial no Brasil apresenta avanços legais e conceituais, mas no município de Jaguaré/ES, torna-se necessário investigar como se organiza a oferta dessa modalidade para subsidiar a (re)estruturação das políticas inclusivas e fortalecer práticas colaborativas no cotidiano escolar. O objetivo da pesquisa é analisar a Educação Especial na perspectiva inclusiva, considerando diretrizes legais, práticas institucionais e dinâmicas sociopolíticas locais. O referencial teórico articula o ciclo de políticas (Ball; Mainardes), a sociologia figuracional de Elias e as contribuições de Saviani e Libâneo sobre a relação entre educação, democracia e justiça social. A base normativa inclui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), a LDB e a LBI, além de documentos recentes como o PNE (2024–2034) e as Diretrizes Pedagógicas da Educação Especial (SEDU, 2025). A pesquisa, de natureza qualitativa e em andamento, envolve análise documental, entrevistas semiestruturadas e grupos focais, com participação de representantes da SEME, do COMEJ, de famílias e profissionais da educação. Espera-se contribuir para a consolidação de políticas públicas inclusivas que promovam equidade, assegurem os direitos educacionais e reforcem o papel social da escola pública.

Palavras-chave: Educação Especial; Políticas Públicas; Inclusão.

¹ Graduação em Pedagogia, Educação Física, Filosofia e Serviço Social. Mestrando em Ensino na Educação Básica UFES/CEUNES. <https://lattes.cnpq.br/7074078777780740>. reginaldo.scandian@edu.ufes.br. <https://orcid.org/0009-0006-0721-4847>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora Adjunto II da Universidade Federal do Espírito Santo/Ceunes/São Mateus. Professora permanente do PPGEEB/UFES/Ceunes. Coordenadora do Curso de Pedagogia. <http://lattes.cnpq.br/1434416276486446>. E-mail. isabel.nunes@ufes.br. <https://orcid.org/0000-0001-9127-6384>





1 Introdução

A trajetória da Educação Especial em Jaguaré/ES reflete avanços legais e conceituais nacionais, mas mantém singularidades marcadas por esforços locais e desafios persistentes. A partir dos anos 2000, o município consolidou ações voltadas a pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, inicialmente vinculadas à atuação da Associação Pestalozzi de Jaguaré.

O Plano Municipal de Educação (PME) 2015–2025 (Lei nº 1.255/2015) constituiu marco estruturante ao explicitar o compromisso com a equidade e a garantia do atendimento inclusivo em todos os níveis de ensino. Em complemento, o Regimento Comum das Unidades de Ensino (2016) reafirmou a obrigatoriedade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais.

O município também estruturou um setor específico de Educação Especial na SEME e, por meio do COMEJ, normatizou a oferta do AEE pela Resolução nº 003/2016. Apesar desses avanços, permanecem desafios, como a necessidade de alinhar a legislação municipal às atualizações nacionais e estaduais, a exemplo do novo PNE (Lei nº 14.888/2024), e de investir em políticas formativas contínuas para o trabalho colaborativo, métodos pedagógicos e processos avaliativos. Tais lacunas revelam a distância entre legislação, ideal inclusivo e prática cotidiana, configurando um campo em constante tensionamento.

Dessa forma, justifica-se a presente investigação por meio da análise das formas de organização da Educação Especial na rede municipal de Jaguaré-ES, visando compreender os processos, desafios e possibilidades postos em prática no território. Portanto, a base histórica da Educação Especial em Jaguaré-ES demonstra um percurso que parte de práticas segmentadas e institucionalizadas rumo à busca por uma escola comum verdadeiramente inclusiva.

Assim, diante dos compromissos assumidos pelas políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais com a equidade, problematiza-se: de que forma a rede municipal de ensino de Jaguaré – ES, está organizando e conduzindo a prática da oferta da Educação Especial na perspectiva da inclusão, à luz dos marcos normativos vigentes e das especificidades socioterritoriais de seus contextos?

Nesse sentido, o referencial teórico adota a abordagem do ciclo de políticas públicas, proposta por Ball e adaptada por Mainardes, que permite compreender as políticas educacionais como processos dinâmicos e em constante construção. A perspectiva sociológica de Norbert Elias contribui para entender as interdependências





sociais na formulação de políticas, enquanto Saviani destaca a relação entre educação e política, e Libâneo enfatiza a importância de uma escola pública democrática e socialmente justa.

Assim, objetivo geral é investigar como se organiza a oferta da modalidade de Educação Especial na perspectiva inclusiva no município de Jaguaré – ES, à luz das diretrizes legais vigentes, das práticas institucionais e das dinâmicas sociopolíticas locais. Enquanto os específicos giram em torno de analisar os documentos municipais direcionados à educação especial no município de Jaguaré/ES; realizar um levantamento de matrículas de estudantes público da Educação Especial no município pesquisado; promover um espaço de discussão/reflexão sobre a política municipal de Educação Especial, intencionando a construção coletiva das Diretrizes municipais de acordo com as legislações contemporâneas.

Essa trajetória, embora marcada por avanços legais e estruturais, exige constante revisão crítica e articulação entre sujeitos e instituições para garantir o direito à educação com equidade.

2 Referencial Teórico

A presente pesquisa fundamenta-se na abordagem do ciclo de políticas públicas, proposta por Stephen Ball e adaptada ao Brasil por Jefferson Mainardes (2006, 2018), que compreende as políticas educacionais como processos dinâmicos, não lineares e marcados por disputas.

A perspectiva sociológica de Norbert Elias (1993, 2001) contribui ao destacar que os indivíduos estão inseridos em redes históricas de interdependência, nas quais identidade e ação se constituem em relação ao outro. Assim, compreender as políticas educacionais implica analisá-las como processos sociais em permanente construção, atravessados por relações de poder, desigualdades e tensões coletivas.

Nesse diálogo, autores como Libâneo (1999, 2001, 2016) que reforça a necessidade de uma escola pública democrática, voltada à equidade social e ao direito universal à educação, enquanto Saviani (1983, 2008, 2017) ressalta a relação intrínseca entre educação e política, marcada pela tensão entre autonomia relativa e dependência estrutural.

Com esse conjunto de referenciais, a pesquisa busca compreender criticamente os processos de formulação, implementação e ressignificação da Educação Especial





na perspectiva inclusiva, reconhecendo-os como práticas sociais e históricas atravessadas por disputas, interdependências e compromissos com a justiça social.

A pesquisa será orientada pelos principais documentos oficiais que estruturam e fundamentam a Educação Especial no Brasil, entre eles: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996); o Decreto nº 7.611/2011, que regulamenta a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE); e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015), a qual, em seu artigo 28, assegura a oferta do AEE como direito inalienável e responsabilidade do poder público.

3 Metodologia

A presente pesquisa apresenta a natureza qualitativa, por reconhecer que a compreensão dos fenômenos educacionais demanda a consideração dos sentidos, das relações e das práticas produzidas pelos sujeitos em seus contextos.

No âmbito desta pesquisa, será promovido o envolvimento de diferentes sujeitos e instituições que atuam ou interferem direta ou indiretamente na organização da Educação Especial no município de Jaguaré/ES. A composição do grupo focal contará com a participação de representantes de órgãos públicos e segmentos da comunidade escolar, de modo a favorecer uma escuta plural e intersetorial por meio de entrevistas semiestruturadas e o desenvolvimento de um grupo focal.

Os dados serão coletados por meio de áudio-gravações e anotações em diário de campo, durante oito encontros com o grupo focal. A análise será organizada em oito categorias temáticas, construídas a partir dos aspectos centrais da organização da Educação Especial no município.

Desta forma, propõem-se a leitura crítica dos textos legais e políticos a partir dos cinco contextos do ciclo de políticas: influência, produção de texto, prática, efeitos e estratégias. Essa perspectiva permitirá identificar as tramas de poder, os silenciamentos e as disputas que atravessam a formulação e a implementação das políticas de Educação Especial em nível municipal, possibilitando a inquietação para a (re)organização de uma nova legislação.





4 Conclusão

A pesquisa encontra-se em andamento e, até o momento, tem possibilitado a sistematização de informações relevantes sobre a organização da Educação Especial no município. A continuidade do estudo permitirá aprofundar as análises e consolidar reflexões que possam subsidiar práticas pedagógicas inclusivas e a (re)organização de políticas públicas mais equitativas.

5 Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. LDBEN - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE (2024-2034): proposta preliminar.** Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne>. Acesso em: 07 jun. 2025.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Educar. Curitiba, n. 17, p. 153-176. Editora da UFPR. 2001.

_____. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar.** Cadernos De Pesquisas, v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S.G. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança.** Educação & Sociedade. 1999.

MAINARDES, J. **A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional.** Jornal de Políticas Educacionais. V. 12, n. 16. Agosto de 2018.





_____. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

SAVIANI, Demerval. **Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas.** Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

_____. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

